

## AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 11 a 13/06

O Plenário do Senado vai analisar projetos sobre educação, turismo e esporte na próxima semana. Os senadores deverão votar o PL 5395/2023, que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Também deverá entrar na pauta do Plenário o projeto que reconhece a modalidade do turismo colaborativo (PL 2.994/2020), que consiste na hospedagem em troca da prestação de serviços.

Na terça (11), às 10h, está prevista a realização de sessão de debates temáticos sobre a regulamentação da inteligência artificial, na forma do PL 2.338/2023. O texto foi elaborado por comissão de juristas e deve ser votado pelos senadores no dia 12.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

#### Comissão de Segurança Pública (CSP) – 11/06 - 11h - Plenário 09

**ITEM 1 - [PL 3673/2021](#)**, que altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

O relator, Senador Flávio Bolsonaro, apresentou [parecer](#) favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2.

#### Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 12/06 - 10h - Plenário 03

**ITEM 01 - [PL 3519/2019](#)**, que altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o

processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto.

**ITEM 04 – [PL 2234/2022](#)**, que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional.

O relator, senador Irajá, apresentou [parecer](#) com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

<b>Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 13/06 - 10h - Plenário 03</b>
---

Audiência para instruir o PL 226/2024, que “altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia”. Foram convidados:

- Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral da República;
- Vladimir Barros Aras, Procurador Regional da República e Professor da Universidade Federal da Bahia.

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
-----------------------------

<b>Plenário - 11 a 13/06</b>
------------------------------

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Todavia, poderá constar na pauta desta semana requerimento de urgência para deliberação do PL 4372/2016, que proíbe a homologação de delações premiadas de pessoas presas. A proposta altera e acrescenta dispositivo à Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 que "Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras

providências". Caso seja aprovado o requerimento, a matéria poderá ser deliberada em Plenário a qualquer tempo.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) - 12/06 - 10h - Plenário 01**

[PEC 45/2023](#), que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário.

O relator, Deputado Ricardo Salles, apresentou [parecer](#) pela admissibilidade da matéria.